



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Compártilha Igual 4.0 Internacional.

## A moderna colonização dos trópicos: geografia e planejamento na primeira metade do século XX

*The modern colonization of the tropics: geography and planning in the first half of the 20th century*

*La colonización moderna de los trópicos: geografía y planeación en la primera mitad del siglo XX*

*La colonisation moderne des tropiques: géographie et aménagement du territoire dans la première moitié du 20e siècle*

### RESUMO

O problema da colonização dirigida das terras tropicais é o assunto que será abordado nas próximas páginas. Especificamente, analisa-se o modo como alguns geógrafos abordaram esse tema ao longo da primeira metade do século XX, durante o processo de afirmação da geografia como campo disciplinar. A argumentação será dividida em dois momentos básicos. Primeiramente, discute-se de forma breve como a colonização de espaços tidos como vazios, mormente os localizados em terras tropicais, transforma-se num tema relevante de uma geografia já preocupada com problemas globais. Posteriormente, no contexto histórico dos anos 1950, problematiza-se a avaliação que a geografia brasileira estava efetuando das políticas territoriais de colonização levadas a cabo no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** história da geografia; colonização; planejamento.

### ABSTRACT

To discuss the planned colonizing of tropical regions, we consider the approaches employed by particular geographers during the early 20th century, when geography was still a nascent discipline. The argument is presented in two sections. First, this paper will briefly examine how the colonization of territories that were considered vacant, particularly in tropical regions, became a relevant topic in a geography already preoccupied with global matters. Second, within the historical context of the 1950s, this study examines Brazilian geography's evaluation of territorial colonization policies implemented in the country at that time.

**KEYWORDS:** history of geography; colonization; planning.

### RESUMEN

El tema de la colonización dirigida en tierras tropicales es el tema que se tratará en las siguientes páginas. Específicamente, se analiza la forma en la que algunos geógrafos abordaron esta cuestión durante la primera mitad del siglo XX, durante el proceso de consolidación de la geografia como campo disciplinario. La argumentación se divide en dos momentos fundamentales. En primer lugar, se discute

**Carlo Eugênio Nogueira**

Universidade Federal do Espírito Santo

[carlo.nogueira@ufes.br](mailto:carlo.nogueira@ufes.br)

Artigo recebido em:

13/09/2023

Artigo aprovado em:

23/10/2023

Artigo publicado em:

01/12/2023

de manera concisa cómo la colonización de espacios considerados vacíos, especialmente aquellos ubicados en tierras tropicales, surgió como un tema relevante para una geografía que ya se preocupaba por los problemas globales. Posteriormente, en el contexto histórico de la década de 1950, se examina la evaluación que la geografía brasileña estaba realizando sobre las políticas de colonización territorial implementadas en el país.

**PALABRAS-CLAVE:** historia de la geografía; colonización; planeación.

## RÉSUMÉ

Dans les pages suivantes, nous examinerons le problème de la colonisation planifiée des terres tropicales. Plus précisément, nous discuterons de la manière dont certains géographes ont abordé cette question au cours de la première moitié du XXe siècle, alors que la géographie se consolidait en tant que champ disciplinaire. Notre argumentation sera divisée en deux moments clés. Tout d'abord, nous examinerons brièvement comment la colonisation des espaces considérés comme vierges, en particulier ceux situés dans les régions tropicales, est devenue un thème pertinent pour une géographie déjà préoccupée par les problèmes mondiaux. Ensuite, dans le contexte historique des années 1950, nous analyserons l'évaluation que la géographie brésilienne a faite des politiques de colonisation territoriale mises en œuvre dans le pays.

**MOTS-CLÉS :** histoire de la géographie ; colonisation ; aménagement du territoire.



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

## INTRODUÇÃO

*Para o Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira:  
por toda vivência; pelo exemplo.*

Na primeira metade do século XX, a colonização dirigida de terras com baixa densidade demográfica era um dos caminhos indicados pelos geógrafos e demais profissionais das chamadas disciplinas de ação como modo de resolver problemas relacionados à falta de desenvolvimento econômico dos países. Para esse grupo de profissionais, as áreas qualificadas como “vazias” seriam os laboratórios ideais para a experimentação de políticas territoriais pensadas como indutoras de uma nova organização do espaço. Via de regra, a elaboração e a implementação dos projetos de desenvolvimento eram antecedidos de inquéritos de campo e exaustivos diagnósticos territoriais, pensados à época como etapas fundamentais da investigação que iria identificar as particularidades locais das áreas aptas a receberem fluxos colonizadores.

Com efeito, o verbete *colonisation*, constante no Dicionário Manual-Ilustrado escrito em colaboração por Albert Demangeon, Joseph Blayac, Jules Sion e Antoine Vacher, em 1907, traz, em uma primeira acepção, o significado do termo “colonização” atrelado à ocupação e à valorização de uma área ou país novo por um grupo que se encontra num estágio superior de civilização. Obra de vulgarização que teve grande alcance editorial e acadêmico, os verbetes inclusos neste dicionário revelam parte

das preocupações dos geógrafos naquele momento. Em suas páginas, nomes de portos do mundo colonial, referências elogiosas a antigos exploradores e curiosidades sobre países distantes encontram-se lado a lado com definições conceituais ainda em processo construtivo. No dicionário, a colonização é definida como um fenômeno de conquista e apropriação de terras que pode até ocorrer internamente à área de jurisdição de um Estado-nação, mas que é sempre protagonizado por um grupo humano tido como avançado, o qual estabelece com os lugares e pessoas que encontra uma relação de comando e direção (DEMANGEON, 1907).

Nesse ensaio objetiva-se discutir, numa visão panorâmica, o modo como a geografia trabalhou com o tema da colonização dirigida das terras com baixa densidade demográfica na primeira metade do século XX. Num primeiro momento da argumentação, alude-se à forma como a colonização dos espaços considerados vazios, mormente os localizados em terras tropicais, surge como ponto relevante de uma geografia já preocupada com problemas postos à escala do mundo. Para a consecução desse objetivo, toma-se como parâmetro de fundo as discussões havidas nos congressos da União Geográfica Internacional (UGI), que revelam a consolidação de novos interesses de pesquisa dentro do campo disciplinar. Em

certo sentido, esse esforço visa problematizar o posicionamento que insiste em vincular a geografia praticada na primeira metade do século XX unicamente com questões de escala regional ou nacional. Após a rápida contextualização de como a colonização e a exploração das terras tropicais apareciam em certas comissões de estudos da UGI, toma-se alguns escritos dos geógrafos Albert Demangeon (1872-1940) e Isaiah Bowman (1878-1950) como registros de referência do tratamento epistemológico que a geografia conferia ao assunto.

Passo adiante, problematiza-se o modo como um determinado enquadramento explicativo a respeito da colonização dos espaços demograficamente deprimidos foi introduzido e difundido no cenário intelectual brasileiro dos anos 1950. Tal recorte é justificado quando se sabe que, na época, reavaliava-se os efetivos resultados das políticas territoriais de colonização implementadas no país, sobretudo as promovidas durante a Era Vargas (1930-1945). Para abordar essa questão, seleciona-se, como principal fonte para o debate, o trabalho de doutoramento do geógrafo Pasquale Petrone (1924-2011), professor emérito do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, onde atuou de 1948 a 1983.

### **OS NOVOS TEMAS DE PESQUISA NA GEOGRAFIA DOS ANOS 1930**

Entre as décadas de 1920 e 1930, o processo de autноми-

zação da geografia como campo disciplinar apresenta características singulares, com a emergência de tendências de pesquisa que abririam outros horizontes de atuação profissional. Destaca-se, entre as perspectivas que despontavam, algumas orientações estruturantes que enfatizavam o papel da disciplina frente aos desafios de um mundo em constante mutação, tais como: a) o estímulo à organização aprimorada do trabalho acadêmico, impulsionando programas coletivos em escala nacional e internacional; b) a preocupação com os “problemas contemporâneos”, como o superpovoamento, a industrialização, as migrações em massa e o inchaço das aglomerações urbanas; e c) a busca pela aplicabilidade do conhecimento geográfico, que buscava aproveitar o prestígio recém-adquirido da planificação econômica e do *Regional Planning* para legitimar a geografia frente às novas práticas discursivas das disciplinas de ação (ROBIC, 2006).

Fundada em 1922, em Bruxelas, a União Geográfica Internacional (UGI) aparece no cenário internacional quando as disputas geopolíticas entre as potências europeias punham em xeque o movimento de internacionalização das ciências que vinha ocorrendo desde o final do XIX (ROBIC, 1996). Reconhecida por seus pares como um organismo internacional de representação profissional permanente, e tendo a França como nóculo central e modelo, a UGI se tornaria veículo de uma renovada integração entre distintos centros de produção do saber geográfico,



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

que passam a sustentar uma rede de contatos acadêmicos, institucionais e pessoais internamente à comunidade geográfica.

Nessa conjuntura, a formação de comissões de estudo específicas durante os congressos, iniciados em 1925, antecipa a emergência de novas perspectivas profissionais, especialmente ao consolidar linhas de pesquisa em geografia humana. A partir de 1931, em Paris, começa a surgir uma série de trabalhos relacionados à planificação territorial, incentivada por Estados ou órgãos associados ao planejamento regional. Essa tendência ganha destaque em 1934, no Congresso de Varsóvia, e se evidencia nos Anais da UGI durante o encontro subsequente, realizado em Amsterdã, em 1938. Nesse momento, a contribuição de diversos grupos de geógrafos envolvidos diretamente no reordenamento territorial ganha proeminência (ROBIC, 2013).

Entre as comissões organizadas nessa época, ressalta-se a dedicada aos estudos sobre o superpovoamento, criada em 1931, e encampada, em 1934, pela comissão de estudos sobre o *habitat* rural, liderada pelo geógrafo francês Albert Demangeon. Em 1938, essa comissão passa a figurar junto à seção dedicada à geografia colonial, a mais concorrida no certame havido esse ano, quando se discutiu abertamente as novas formas de intervenção europeia em terras tropicais. De modo expressivo, das setenta e uma comunicações apresentadas na seção de geografia colonial do Congresso de 1938, quarenta e

duas colocam a questão das “possibilidades de colonização das raças brancas nos trópicos” em termos claros (GALLAIS, 1981).

Em sua maioria, os trabalhos abordavam as consequências geográficas trazidas aos países novos pela moderna colonização europeia, então animada por grandes movimentos migratórios. Um ponto crucial era a verificação das possibilidades que essas regiões trariam para o desenvolvimento econômico europeu. Embora supere os objetivos aqui colocados, seria interessante refletir sobre as aproximações desse tipo de produção acadêmica com a chamada geografia tropical. Conforme o ponto de vista de Arnold (1996, 2000), a geografia tropical pode ser compreendida na mesma chave interpretativa que Edward Said (1978) aplica ao Orientalismo, a saber, como um discurso que cria a realidade mesma que pretende descrever. Nesse registro, os trópicos seriam, a um só tempo, um espaço físico com características singulares e uma realidade conceitual intelectualmente criada, pois qualificar uma parte do mundo e seus habitantes de “tropical” é uma maneira de identificar, separar e controlar um espaço ambientalmente diferente, o “outro” em relação ao ocidente temperado (CLAYTON; BOWD, 2006).

## **A MODERNA COLONIZAÇÃO DOS TRÓPICOS**

Os trabalhos do geógrafo francês Albert Demangeon na comissão de estudos sobre o

habitat rural na UGI, e as obras coletivas dirigidas por Isaiiah Bowman nos Estados Unidos, são dois dos exemplos mais bem acabados de como a geografia estava abordando os desafios emergentes no período. No texto *Economie agricole et peuplement rural*, escrito em 1934 e publicado postumamente na coletânea *Problèmes de Géographie Humaine* (1942), organizado por seu cunhado Emmanuel De Martonne, Demangeon fornece mais elementos a respeito de sua definição de colonização, concebendo-a como parte do fenômeno mais amplo da ocupação do solo pelos grupos humanos.

Considerando que tal fenômeno era passível de ser observado globalmente, Demangeon (1942) se propõe a tratar de dois conjuntos de problemas correlacionados: a questão das relações existentes entre o meio geográfico e o povoamento rural, que implica meditar sobre a adaptação dos europeus aos diferentes meios naturais, e a questão da exploração da terra em busca de maiores rendimentos, pensada conjuntamente com a expansão do povoamento rural. Sobre o primeiro conjunto de problemas, Demangeon fornece exemplos regionais embasados em estudos de caso, com o uso abundante de uma bibliografia de língua alemã. É digno de nota, entre os citados, a presença de um livro de Leo Waibel (1888-1951), destacada autoridade nos estudos sobre colonização que seria contratado, entre 1946 e 1950, pelo Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (CNG/IBGE).

No texto, Demangeon descreve as variadas formas de adaptação dos europeus ao redor do mundo, que conduziram à organização de estabelecimentos rurais cujas diferenças respondiam mais às diversas formas de exploração do solo do que a assimetrias existentes nos meios naturais. Sobre os problemas derivados da exploração produtiva da terra, Demangeon inicia suas reflexões perguntando se a tarefa da conquista dos meios naturais pelos grupos humanos poderia ser considerada, no início do século XX, uma obra terminada. Em outras palavras, num mundo onde praticamente todos os quadrantes do globo eram já conhecidos, mais ou menos ocupados e divididos territorialmente entre as potências coloniais, haveria ainda possibilidades de expansão e conquista de novas terras para a exploração econômica do solo pela “raça branca”?

Respondendo positivamente à sua indagação, Demangeon separa as direções tomadas por essas correntes de contínua exploração produtiva do espaço em intensivas e extensivas. O primeiro tipo de exploração do solo caracterizar-se-ia pela busca de uma maior produtividade das culturas instaladas em terras já ocupadas, enquanto o segundo tipo diria respeito a um processo expansivo que incorpora cada vez mais terras ao circuito espacial de produção agrária. Após detalhar as formas intensivas da conquista europeia dos solos tropicais, exemplarmente expressas pelas tradicionais *plantations*, Demangeon detém-se brevemente na



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

segunda das direções ou formas tomadas pela corrente de exploração agrária das terras, a que progride menos em intensidade do que em superfície, incorporando terras novas ao domínio humano. Tratava-se do fenômeno de expansão pioneira nas fronteiras do espaço explorado produtivamente pelos europeus:

Há regiões na superfície da Terra que ainda não foram conquistadas pela ocupação sedentária da humanidade, regiões limítrofes, zonas de fronteira, onde se avança tateando, lutando pé ante pé contra os rigores de um clima demasiado quente, demasiado frio, ou demasiado seco, terras de tentativas e experiências (...). São os territórios onde os pioneiros da humanidade estão a progredir lentamente, que o Sr. Isaiah Bowman nos descreve num livro cheio de observações engenhosas e copiosamente ilustrado (...). Todas estas zonas de combate têm uma coisa em comum: impõem a necessidade de uma luta contra os rigores da natureza, de longas provações para conseguir a adaptação ao meio, da procura dos meios capazes de garantir o domínio do colonizador sobre a conquista. As regiões tropicais colocam o grave problema da colonização branca, que mal passou da fase de laboratório: o homem branco não pode suportar a obrigação do trabalho manual, nem aceitar o baixo nível de vida do simples pioneiro (...). Infelizmente, mesmo com o auxílio da ciência, o progresso dos pioneiros não segue hoje um ritmo mais regular do que no passado; em certas regiões, a frente de marcha parou antes de atingir os limites possíveis da ocupação; noutras, tendo-os ultrapassado, está exposta a grandes riscos (DEMANGEON, 1932, 631-632-633)<sup>1</sup>.

As referências de Demangeon a Isaiah Bowman dão oportunidade de discutirmos um pouco os trabalhos do geógrafo estadunidense. Para Neil Smith (2003), que estudou pormenorizadamente

a vida e a obra de Bowman, o interesse na colonização pioneira, somado à sua atuação nos conflitos mundiais do século XX, prefiguram exemplarmente a geografia política do chamado Império Americano. Em verdade, as pesquisas por ele coordenadas integram o processo de afirmação institucional-acadêmica da geografia no início do século XX, respondendo, em parte, a estímulos de ordem interna aos EUA. Não obstante, sua prática acadêmica ganha outro alcance quando atrelada ao despertar do imperialismo americano para as questões globais, auxiliando a revelar a imbricação entre as escalas nacionais e internacionais que passava a orbitar a preocupação dos geógrafos.

Deveras, os esforços coletivos dirigidos por Bowman nos Estados Unidos, que tiveram início na década de 1920, são reconhecidos como um dos primeiros programas de pesquisa de alcance global voltados para as oportunidades e benefícios da colonização planejada em áreas identificadas como pioneiras ao redor do mundo (SMITH, 2003). Trabalhos colaborativos, como os livros *The Pioneer Fringe* (1931) e *Limits of Land Settlement: A Report on Present-day Possibilities* (1937), refletem os resultados da cooperação pluri-disciplinar na investigação dos processos de reorganização espacial em diferentes regiões, com foco não descurado na África, Ásia e América Latina.

Vale a pena um comentário sobre seu texto referente à América do Sul presente na coletâ-

na *Limits of land settlement* (BOWMAN, 1937). Contando com consistentes páginas sobre o Brasil, o capítulo é ancorado numa surpreendentemente atual bibliografia, que não hesita em citar trabalhos de publicação recente naquele momento, como os estudos de Preston James (1932; 1937) e Robert S. Platt (1935), ou os primeiros trabalhos de Pierre Deffontaines (1936; 1937) sobre o país. Em detalhe, Bowman apontava a falta de um plano adequado de uso do solo no Brasil, notando o quase inexistente apoio técnico para os colonos desenvolverem suas culturas. Entretanto, cita como possíveis casos de exceção a situação encontrada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e, em menor escala, São Paulo e Paraná, que teriam compreendido antes dos demais a importância de se buscar um equilíbrio na densidade demográfica das áreas colonizadas. Como consequência, esses estados construíram núcleos coloniais mais integrados às bordas do povoamento, e não isolados uns dos outros, o que inviabilizaria o desenvolvimento de uma vida econômica de nível razoável.

Como se pode deduzir da introdução de Bowman aos livros que organizou, os espaços de expansão dos movimentos colonizadores tornavam-se verdadeiras “regiões laboratório”, sendo, pois, esperável que fosse desenvolvida uma “ciência da colonização” que fornecesse uma descrição explicativa do substrato territorial por onde se exerceria a movimentação qualificada de

pioneira. Esta descrição deveria ser completa o suficiente para comandar a exploração produtiva dos locais, recomendando os sítios mais indicados para a localização das colônias, bem como os melhores produtos a serem cultivados a partir de uma dupla finalidade. Por um lado, a produção de gêneros alimentícios para os novos habitantes, que manteria a estabilidade do povoamento, e por outro lado, o comércio de produtos com inserção no mercado mundial, que garantiria a rentabilidade dos capitais investidos por empresas, governos e particulares (BOWMAN, 1931; 1937).

No entendimento de Bowman, a colonização dinamizada pelo pioneirismo moderno seria uma forma de desenvolvimento econômico, podendo funcionar como uma válvula de escape para certos problemas surgidos em momentos de crise. Para ele, o que seria determinante para caracterizar tais espaços, até como uma forma de incentivar os estudos geográficos pensados como fundamento a indicar as reais possibilidades de negócios que poderiam surgir, seria a estrutura econômica, social e política dos países e regiões onde estes estariam localizados. Logo, em vez de cristalizar gêneros de vida singulares originados pela instalação humana em regiões fisiográficas muito diferentes, as zonas pioneiras expressavam a organização de novas formas de regionalização decisivamente influenciadas por fatores econômicos. Nesse sentido, destacava-se o caráter de “negócio” que as ações públicas e particulares



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709



de colonização dirigida poderiam assumir, com os inquéritos científicos e o emprego de técnicas modernas sendo vistos como bases fundamentais para o sucesso da empreitada, já que auxiliariam a direcionar a organização do espaço conquistado à maneira idealmente projetada.

Em uma palavra, a conquista das zonas pioneiras do mundo, sinônimo do exercício da colonização moderna em terras consideradas vazias, desdobrava-se em uma política estratégica do interesse dos governos, e não apenas em ações isoladas fruto de vontades individuais. Isso significa que a imagem heroica do pioneiro isolado lutando contra selvagens povos indígenas e a natureza hostil devia ficar para trás, dando lugar à busca intencional de condições que possibilitassem a formação de uma comunidade que contaria necessariamente com certas facilidades, como o acesso a escolas, médicos, estradas e financiamento, que só poderiam ser alcançadas com a mediação do Estado. Essa postura, que conferia importância prática e acadêmica à geografia, vista como a “ciência da colonização” por excelência, engrandecia a atenção devotada ao pioneirismo, justificando-a exatamente por este possibilitar a resolução de questões fundamentais postas pela crise econômica, tais como o abastecimento de gêneros alimentícios para a população que crescia em razão geométrica nas grandes cidades, a absorção do capital excedente provindo das crises de superacumulação ou o

fornecimento de matérias-primas industriais a baixo preço para as indústrias.

## **BRASIL: LABORATÓRIO DA ADAPTAÇÃO HUMANA AOS TRÓPICOS**

A necessidade de resolver a questão da colonização através da colaboração entre a ciência e a expansão do ecúmeno, realizada pela conquista de novas áreas, foi um tema frequente nos estudos de geografia ao longo da primeira metade do século XX. No entanto, seria importante frisar a mudança de foco em relação à percepção dos espaços tropicais. De fato, se na passagem do século XIX ao XX as regiões “quentes e úmidas” do globo eram não raro consideradas como áreas anecúmenas, agora, o avanço da ciência e da técnica, combinado ao sucesso da instalação de empreendimentos capitalistas em diversos pontos do mundo tropical, colocavam o imenso estoque de terras tropicais como os principais alvos dos inquéritos destinados a informar a elaboração de políticas que dariam base à expansão planejada do ocidente pelo mundo.

Desde esse ponto de vista, é possível sustentar o juízo de que alguns grupos ocupados com o tema da colonização, ao elegerem como objeto de estudo as áreas localizadas nos trópicos, tinham também em vista apreciar, em seus inquéritos científicos, a ação dos elementos climáticos sobre a fisiologia humana. Essa postura acaba pondo, em termos renovados, bem à moda da Geo-

grafia Médica então em voga, “o famoso problema do povoamento das regiões tropicais, a questão da aclimação do homem branco aos climas quentes” (MONBEIG, 1947, p. 124). No início do século, autores influentes, como os estadunidenses Ellen Semple e Ellsworth Huntington, fortemente inspirados pelo darwinismo social (COSCIONI, 2019), conferiam grande peso ao clima na análise da adaptação humana aos meios. Pouco depois, livros de referência, como o mundialmente divulgado *White Settlers in the Tropics*, de A. Greenfell Price, lançado sob os auspícios da *American Geographical Society*, em 1939, e resenhado por Pierre Monbeig (1941) e Joaquim de Sampaio Ferraz (1941) na *Revista Brasileira de Geografia*, continuavam afirmando as dificuldades que o mundo tropical, leia-se a sua natureza, impunham à aclimação do homem branco.

No Brasil, a atenção com a adaptação do colono estrangeiro ao meio tropical permeia o histórico das políticas de colonização desde a primeira metade do XIX. Embora o aprofundamento dessa discussão ultrapasse em muito o escopo do presente texto, importa sublinhar que, na primeira metade do século XX, a preocupação com a assimilação dos imigrantes, isto é, com a adaptação ou aclimação do elemento estrangeiro, como então se dizia, sempre esteve às voltas com uma argumentação de fundamentação médica ou biológica. As políticas e ideias veiculadas em periódicos de grande circulação, como a *Revista de Imi-*

*gração e Colonização*, revelam em última análise uma estratégia biopolítica, que buscava selecionar dentre os imigrantes trazidos ao país, em uma ótica racialista, aqueles que melhor pudessem contribuir com a futura formação do povo brasileiro (PERES, 1997; SEYFERTH, 2002).

Junto aos geógrafos que se ocupavam com a apreciação dos fluxos de povoamento engendrados como desdobramento do avanço econômico por sobre novas áreas, a questão da adaptação ao meio físico, se bem que relevante, não era tomada como fator determinante para a configuração espacial das terras colonizadas. Concebendo os saberes produzidos pela geografia como auxiliares das ações de planejamento, importava mais a análise da totalidade dos fatores intervenientes no sucesso ou fracasso dos núcleos de colonização instalados. Por exemplo, o exame da dinâmica dos fatores da natureza, como as propriedades dos solos, os ritmos climáticos e as condições pluviométricas, entre outros, era feito concomitantemente da análise das condições de integração das futuras colônias em relação aos núcleos de povoamento mais desenvolvidos.

Em um texto escrito em 1938 como resultado de uma excursão de campo dos alunos da cátedra de Geografia Humana da Universidade de São Paulo, o geógrafo francês Pierre Monbeig (1908-1987), cujo trabalho foi marcante na consolidação da geografia no Brasil (NOGUEIRA, 2013; 2021; LIRA, 2021), analisa a paisagem do Núcleo Colonial Barão



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

de Antonina, entendido à época como a mais acabada expressão de uma tentativa moderna de colonização efetuada em terras brasileiras. Dando mostras do posicionamento que valorizava mais as condições socioeconômicas do que os fatores naturais na organização do espaço, Monbeig inicia detendo-se momentaneamente nos problemas colocados pela assimilação dos colonos estrangeiros. Questionando-se acerca das vantagens potencialmente advindas da completa fusão dos colonos estrangeiros no caldo da população brasileira, que evitaria a formação dos polêmicos “quistos étnicos” tão debatidos pela intelectualidade brasileira dos anos 1930 e 1940, Monbeig põe a questão da colonização moderna em termos muito próximos à concepção de Bowman, que pensava a conquista pioneira de terras pelo prisma da criação de indivíduos aptos a participar de uma economia de mercado: “o problema não reside apenas em facilitar a disseminação, sobre uma dada extensão territorial, de algumas centenas de brasileiros natos ou futuros brasileiros pequenos proprietários, mas agir de maneira a que esses colonos se transformem em elementos ativos da comunidade nacional e possam finalmente comprar e vender” (MONBEIG, 1940, pp. 124-125).

Mais à frente, tomando o desenvolvimento econômico advindo da colonização como uma política estratégica de interesse dos governos, ele evidencia a conotação política tomada pela imigração num momento de

guerra, diferenciando o traslado internacional de pessoas ocorrido nos séculos anteriores dos movimentos modernos de povoamento e colonização, cujos objetivos devem pautar-se em inquéritos científicos:

Se se consideram as recentes publicações americanas ou os estudos efetuados pelo “Bureau” Internacional do Trabalho, de Genebra, o povoamento e a valorização das zonas novas, em nossa época, tornaram-se cada vez mais atribuições do Estado e não assuntos de especulações individuais. (...). É evidente que uma tal política, a qual, pense-se o que quiser, é um fato, não se coadunava com uma liberdade absoluta de colonização anterior nem tão pouco com uma colonização que não se baseie em observações científicas. Dizemos observações científicas sim, isto é, conhecimento exato do meio físico e biológico onde os imigrantes devem aclimatar-se, uma noção perfeita dos costumes, da psicologia desses indivíduos, provenientes de todos os cantos do mundo, finalmente uma documentação econômica, a mais completa possível, a fim de orientar as culturas agrícolas segundo as particularidades e necessidades dos mercados regionais e mundiais. Em suma, pondo-se de lado o que há de esquemático e deformante na fórmula, o que é preciso é povoar, não com um tipo heroico, bandeirante, mas com um tipo científico “*pioneering modern style*”, como dizem os geógrafos norte-americanos (MONBEIG, 1940, pp. 125-126).

Geógrafo identicamente importante para a geografia acadêmica no Brasil (MONTEIRO, 1980), Leo Waibel é mais um que, bem ou mal, esposava os princípios básicos do que vimos denominando como a concepção moderna de colonização. Ainda que não tenha atuado na universidade, Waibel conseguiu transmitir ao grupo de seus mais próximos colaboradores, que inclui nomes

de peso na comunidade geográfica brasileira, como Orlando Valverde, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Nilo Bernardes, Pedro Geiger, Speridião Faissol e Walter Egler, tratados por ele como sua “terceira geração de estudantes” (KOHLHEPP, 2013), indicações metodológicas que foram assimiladas e reproduzidas ao longo de um período considerável. Realmente, o enquadramento explicativo utilizado por Waibel na análise de questões relacionadas à colonização e ao povoamento, com destaque para a utilização do modelo de Von Thünen (OLIVEIRA, 2017), converte a questão da integração/distância dos núcleos coloniais aos centros urbanos – isto é, aos mercados – em fator explicativo básico para a avaliação da organização do espaço regional dos projetos de colonização (NOGUEIRA, 2020).

A postura crítica de Waibel em relação aos resultados adversos decorrentes da condição de isolamento dos núcleos coloniais evidencia-se também na célebre polêmica a respeito da escolha do sítio para a construção da nova capital do Brasil (VESSENTINI, 1986; PEREIRA, 2010). O geógrafo alemão tomou parte, como consultor técnico, numa das expedições do CNG integradas à Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, liderada pelo general Polli Coelho, entre 1947 e 1948. Waibel postulava que o sítio do futuro Distrito Federal deveria ser localizado no Triângulo Mineiro, mais próximo ao chamado ecúmeno do território, em detrimento do Quadrilátero

Cruls, isolado no cerrado goiano além dos limites das fronteiras econômicas do país.

Esse enquadramento explicativo, ao que tudo indica generalizado entre os especialistas que participaram do “Projeto M”, como Waibel e Henry J. Bruman (1913-2005) (DUTRA e SILVA, BELL, 2018), pode ter se difundido pela geografia brasileira. Senão, vejamos. O “Projeto M”, cujo grande animador junto ao governo americano, no início dos anos 1940, fora exatamente I. Bowman, buscava identificar os lugares mais adequados à recepção dos futuros refugiados da guerra. Na segunda metade dos anos 1940, com o encaminhamento dos acordos que se seguiu ao final da guerra, há um arrefecimento do interesse em diagnósticos científicos para a alocação de imigrantes que viriam estabelecer no mundo tropical uma colonização de cariz eminentemente agrário (KOTHLEP, 2013). Isso traduziu-se numa sensível alteração do trabalho científico de Waibel junto ao CNG. Agora, ao invés de se interessar pelo escrutínio das áreas interiores do Brasil aptas a receberem fluxos colonizadores, à moda da ideologia geográfica varguista do programa “Marcha para o Oeste” (MORAES, 1988), o alemão sugeriu a elaboração de um Atlas da Colonização, avaliando os resultados concretos da política de povoamento engendrada no país. Ao fazê-lo, Waibel expressava discordância com o método de colonização aplicado durante o Estado Novo, que promovia a interiorização do



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

povoamento, ao mesmo tempo em que punha em dúvida o alardeado êxito da colonização europeia no sul do Brasil. Para ele, a realidade de colonos isolados vivendo em parcelas de terra de tamanho inadequado evidenciava a ausência de planejamento nas ações, resultando no fenômeno que denominava como “caboclição”: “situação identificada pela decadência social, a diminuição dos padrões culturais e a regressão dos colonos europeus a uma condição de miséria.” (NOGUEIRA, 2020, pp. 233-234).

Compreendida como vetor de difusão do desenvolvimento econômico, a colonização moderna, muitas vezes interpretada pelos geógrafos brasileiros sob o epíteto das “frentes pioneiras”, foi inúmeras vezes tomada como critério para a apreciação da organização regional das paisagens (NOGUEIRA, 2021). No que concerne as políticas de povoamento, a censura ao desmedido pendor para o movimento, que conferia ar de heroísmo a slogans como os do “Marcha para o Oeste”, parece realmente ter sido disseminado paralelamente à reavaliação dos resultados dos esforços colonizadores nas áreas de povoamento antigo. A tese apresentada por Ary França durante o concurso à cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) em 1951, que versa sobre Ilha Bela e São Sebastião, ilustra bem essa abordagem. Em seu trabalho, Ary França incorpora a visão ecológica de Max Sorre, com quem travara

contatos durante seu período de estudos em Paris, sublinhando o significado das adaptações dos grupos humanos e da utilização dos recursos do meio através da análise do conjunto de técnicas sociais que caracterizam a intervenção de um gênero de vida na humanização das paisagens.

A importância do pioneirismo como critério de avaliação de desenvolvimento explicita-se naquilo que autor chama de “reconquista em novas bases” dos espaços já transformados pelos grupos humanos. Para França, o estudo de áreas já ocupadas no passado, mas abandonadas ou deixadas de lado pelo avanço da exploração produtiva do espaço sertão adentro, constituía-se em tema de interesse básico para o geógrafo. Isso dever-se-ia à circunstância de as novas técnicas de exploração introduzidas em áreas de povoamento antigo representarem a formação de outras associações e arranjos capazes de modificar o conteúdo das paisagens, adequando-as ao nível de desenvolvimento então desejável para todo o país. Desse modo, em face da existência de imensos “espaços vazios” ainda não efetivamente ocupados – os fundos territoriais (MORAES, 2002) –, Ary França notava que de maneira equivocada se havia vulgarizado no país a ideia de que colonização era sinônimo de interiorização do povoamento:

Nenhum outro país tem, com relação ao sucesso e fracasso de brancos e populações de cor em regiões tropicais, maior experiência do que o nosso. É principalmente uma experimentação viva e atual, porque aos nossos olhos

se desenrolam episódios de conquista da terra pelo colonizador. (...). Estas e as transformações que o país vem experimentando com o alargamento rápido de suas áreas povoadas, são o grande fato da Geografia Humana brasileira na primeira metade do século XX. A valorização de nossas regiões já transformadas pelo homem, e frequentemente tão devassadas, que se torna necessária uma reconquista em novas bases, assim como a conquista dos sertões novos, interessa ao geógrafo, por implicar no estabelecimento de novas relações do homem com o meio. (...). Não resta dúvida que o nosso país tem imensos espaços vazios e nenhuma área propriamente estéril. Por isso mesmo, é um dos que maiores possibilidades oferecem para a colonização e povoamento, sendo esse um problema que ultrapassa nossos próprios quadros regionais e nacionais, para interessar ao mundo moderno e particularmente à época que vivemos, de acomodação internacional de novos quadros. Mas a ideia mais geral sobre onde colonizar em nosso país está expressa em um neologismo: interiorização, isto é, povoamento e exploração das áreas interiores (FRANÇA, 1954, p. 13-14).

Realçando o cariz capitalista daqueles que não hesitavam em investir na abertura de novas áreas de colonização em meio à floresta, França notava que “o pioneirismo faz parte da mentalidade comum em nosso meio, e volta-se para as novas áreas do interior num movimento que está longe de paralização” (FRANÇA, 1954, p. 15). Isso fez com que a maior parte dos comentadores e estudiosos do tema da colonização se interessasse pelas áreas interiores do país, deixando de lado as áreas litorâneas, primeiras a serem atingidas pelo movimento colonizador português, mas que, na década de 1950, encontravam-se estagnadas economicamente e

demograficamente. A partir desse entendimento, o geógrafo paulista critica aqueles que defendiam tenazmente a transferência de populações para núcleos de colonização com o intuito de se “criar fontes novas de riquezas no distante sertão”. Para ele, seria mais produtivo lançar esforços no sentido de recuperar as faixas litorâneas, localizadas próximas das áreas economicamente desenvolvidas do país, do que implantar centros de colonização isolados nos sertões, que dificilmente conseguiriam alavancar a conquista de novos espaços em bases aceitáveis.

Primeiro brasileiro a assumir a cátedra de Geografia Humana da FFCL/USP, o discípulo de Monbeig criticava abertamente a grande lacuna de estudos sobre países localizados nos trópicos existente na bibliografia geográfica internacional. Exaltando o nível alcançado pela geografia acadêmica no Brasil, França afirmava que as interpretações equivocadas propagadas no exterior somente seriam corrigidas pelo esforço dos geógrafos brasileiros em oferecer estudos monográficos detalhados:

Não cremos que as deficiências de informações sobre a nossa geografia possam ser corrigidas, nos grandes centros geográficos do mundo, se um sério esforço não for realizado para o estudo de exemplos sugestivos de nossas paisagens humanizadas, por parte de geógrafos brasileiros. O período de explorações ligeiras e de reportagens, à guisa de geografia, deve ser considerado definitivamente encerrado entre nós. Também as generalizações sobre as grandes unidades, não encontram lugar na geografia de um país que aos poucos está se conhecendo e reve-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

la-se muito mais complexo do que à primeira vista pode aparentar (FRANÇA, 1954, p. 18).

Com efeito, o viés comparativo que França utiliza faz com que, a todo momento, seu objeto de estudo tenha a configuração territorial cotejada com outras regiões tropicais ao redor do mundo. Por meio da citação de trabalhos de Gourou (1947), Sion (1929), Robequain (1935) e Waibel (1939), entre outros, Ary França apontava as semelhanças e diferenças existentes entre as paisagens por ele observadas e aquelas descritas anteriormente em regiões da Ásia, África ou América Central. Em certo sentido, portanto, acaba estabelecendo liames entre o fenômeno de conquista dos trópicos por ele observado diretamente no terreno e as situações perscrutadas por profissionais de renome em outras partes do mundo, posicionando-se academicamente como uma autoridade de nível internacional que trazia um viés autêntico sobre um tema de interesse global.

### **PASQUALE PETRONE E A CONTINUIDADE DE UM ARRANJO EXPLICATIVO**

Por fim, é possível ainda identificar desdobramentos desse arranjo explicativo concernente aos resultados concretos das ações de povoamento e colonização implementadas no país a partir da apreciação de um dos trabalhos de Pasquale Petrone. Ingressando como aluno do curso de Geografia e História da FFCL/USP em 1944, Petrone tem sua longa trajetória profissional

ligada à cátedra de Geografia Humana primeiramente ocupada em São Paulo por Pierre Monbeig. A partir de 1948, quando inicia sua especialização – o mestrado da época –, Petrone orbita as atividades de ensino da cadeira, participando também das reuniões e congressos promovidos pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). No início dos anos 1950, passa a atuar como assistente de ensino sob a supervisão do professor Ary França, que também será o orientador de sua tese de doutoramento. Apresentado em 1961 e publicado em 1966, o trabalho “A baixada do Ribeira – estudo de Geografia Humana”, cujos levantamentos de campo e gabinete datam do lustro anterior, simboliza com louvor o estilo epistemológico das monografias regionais descritivo-explicativas elaboradas em São Paulo na época.

Logo na abertura, Petrone dá um exemplo notável da filiação intelectual que guia a composição de sua análise geográfica da realidade: assim como os cinturões pioneiros ao redor do mundo, concebidos como áreas em vias de incorporação ao ecúmeno, também a região do Ribeira havia historicamente ficado “à margem do espaço econômico paulista, isolado em relação à maioria dos processos de valorização interessando territórios do estado de São Paulo” (PETRONE, 1966, p. 5). Dito de outro modo, antes de sequer descrever o seu *terrain*, Petrone notava o paradoxo da situação da orla litorânea de São Paulo, que como bem havia escrito Louis Papy (1952), ficara

à margem do império do café: “Impressionou-nos, mais do que qualquer outro, o fato de no sul do estado de São Paulo, junto à costa, à distância relativamente pequena da capital, existir um verdadeiro ‘sertão do litoral’.” (*Loc. cit.*).

Invertendo os polos da proposição que opunha as áreas litorâneas desenvolvidas ao sertão isolado e atrasado, pois que, nesse pormenor, era a orla litorânea que ficava de fora dos fluxos modernizantes que tomavam conta dos planaltos interiores de São Paulo, nota-se a relação do tema a ser desenvolvido com o fenômeno do pioneirismo, já que o crescimento econômico alavancado pelo café é tomado como o modelo de desenvolvimento padrão para se analisar o processo de povoamento e ocupação da Baixada do Ribeira. Em outras palavras, o atraso relativo do litoral ante ao dinamismo do planalto aparecia para Petrone como um fato que deveria ser geograficamente analisado, porquanto permanecia sem resposta os motivos que explicavam as razões para, “dentro de uma unidade político-administrativa em que, através de processos de pioneirismo, a posse e a valorização das terras se verificava em direção oeste, transbordando de seus limites e atingindo o norte do Paraná e sul de Mato Grosso” (PETRONE, 1966, p. 6), a faixa litorânea permanecer ainda desocupada. Nesse caso, perguntava: seria a tropicalidade mais prenunciada da faixa litorânea paulista, em hipótese, a motivação básica das diferenças de desenvolvimento?

Para responder a essa questão, Petrone considerava fundamental lembrar que a Baixada do Ribeira havia sido alvo de diversas iniciativas que objetivavam a criação de núcleos coloniais com estrangeiros. Efetivamente, na Baixada do Ribeira, em meados do século XIX, foram implantadas colônias com alemães e italianos praticamente ao mesmo tempo em que foram formados os núcleos coloniais nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sendo assim, tal uma verdadeira região-laboratório, como diria Isaiah Bowman, o estudo dos insucessos das experiências de colonização da Baixada do Ribeira poderia fornecer algumas respostas aos problemas do povoamento produtivo dos trópicos, tanto mais por possibilitar a comparação com o relativo sucesso obtido nas colônias do sul do país, localizadas em áreas de clima subtropical, e não em áreas de florestas quentes e úmidas como no litoral paulista. Destarte, para o geógrafo, verificar as razões do fracasso das experiências colonizadoras do Ribeira seria “tão importante ou mais que as razões do sucesso no vale do Itajaí ou em outras partes” (PETRONE, 1966, p. 7).

Após as ressalvas iniciais, Pasquale Petrone começa seu trabalho com uma discussão sobre o significado do conceito de região. Para ele, a região não se definiria apenas levando em conta as condições naturais, mas sobretudo pelas paisagens culturais e pelos aspectos econômicos que tornam possível a apreensão da totalidade e a comparação das unidades identificadas regional-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709



mente com os espaços contíguos. Descrevendo os gêneros de vida tradicionais baseados na pesca e nas roças itinerantes que dominavam sua área de estudo desde as primeiras penetrações ocorridas no final século XVI, o geógrafo percebe que a introdução de novos produtos comerciais, com a renovação ou a substituição das antigas técnicas e sistemas de exploração do solo, induz à uma reorganização do espaço, com um rearranjo do *habitat* rural e o desenvolvimento da função urbana. No século XIX, a continuidade da expansão na reto-terra do Ribeira prosseguia vagarosamente com as mesmas características, a saber, o aproveitamento das vias naturais de penetração representada pelos rios e “o deslocamento de posseiros na base da agricultura itinerante predatória” (PETRONE, 1966, p. 83), que dispunham o povoamento em linhas de dispersão orientadas ao longo do curso dos principais rios.

Foi então na segunda metade do XIX que dois fatos modificaram os quadros locais. De um lado, o governo Imperial criou as colônias de Pariquéra-Açu e de Cananéia, influenciando diretamente na dinâmica paisagística da região, e de outro, alguns imigrantes norte-americanos confederados instalaram-se nas vizinhanças de Cananéia, o que renovou o processo de ocupação. Entretanto, o ritmo da evolução e as técnicas empregadas na exploração do solo continuaram os mesmos do período anterior, haja vista a precariedade dos caminhos e da navegação, que

não permitiam que a pauta produtiva local alterasse muito seu perfil, com o plantio de arroz, mandioca, milho, fumo, cana e um pouco de café. Nessa época houve um inegável aumento da população, principalmente por conta das duas colônias oficiais, que fizeram com que pela primeira vez o povoamento se afastasse consideravelmente seja do litoral seja do eixo do rio Ribeira. Com o desabrochar de um viés especulativo na apropriação de terras, a indefectível ação dos falsificadores logo assumiria a forma de um personagem social típico na região: os “grileiros”. No geral, ao se iniciar o século XX, a região do Ribeira permanecia isolada do restante do estado de São Paulo, com grandes extensões de florestas densas servindo de barreira para o acesso aos núcleos de povoamento por caminhos terrestres.

A explicação de Petrone para o insucesso da colonização da Baixada do Ribeira relaciona-se, em primeiro lugar, com o problema da colonização do estado de São Paulo como um todo. Embora essa unidade da federação seja a que recebeu o maior contingente de imigrantes do país, não se criou em terras bandeirantes núcleos de colonização fundamentados em pequenas propriedades familiares da mesma maneira do que ocorreu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Tal situação pode ser explicada, em parte, pelo fato de a maior parte dos estrangeiros introduzidos em São Paulo ter-se encaminhado para os cafezais, ou seja, em São Paulo o problema da

colonização não era uma questão de povoamento, mas uma questão de mão-de-obra. Desse modo, o termo “colônia” assumiu ali um significado diverso, designando, no mais, o conjunto de habitações precárias dos trabalhadores assalariados que se localizava nas proximidades ou mesmo dentro das fazendas, e não projetos de povoamento que contavam com planejamento e objetivavam a fixação do colono à terra em pequenas propriedades:

Ao governo, portanto, não interessava desviar para o Ribeira, ou outra área qualquer, mão de obra que seria necessária nos cafezais. Por outro lado, a riqueza criada por essa lavoura transformava as áreas em que se desenvolvia em zonas de sucção, do ponto de vista geoeconômico, atraindo os colonos que nelas viam a possibilidade de enriquecer mais rapidamente do que enfrentando todos os problemas implícitos na criação da própria propriedade, praticamente somente com os próprios recursos e partindo do nada. Criar uma paisagem humanizada em zonas ainda dominadas por meios naturais devia parecer-lhes mais difícil que acomodar-se a um quadro econômico, social e administrativo já definido. É significativo que na região as colônias mais importantes só foram criadas mais recentemente, quando o café já não usufruía exatamente a posição anterior, e que tenham sido criadas por japoneses, os quais só excepcionalmente adaptaram-se ao trabalho de assalariados nas fazendas de café (PETRONE, 1966, p. 109).

Mas a atração das terras do planalto não pode ser tomada como a maior responsável pelo insucesso das ações colonizadoras desenvolvidas desde o século XIX no Ribeira, uma vez que, à essa polarização dos centros pioneiros do interior paulista, veio se somar outros fatores peculiares que funcionaram como elemen-

tos de repulsão. Dentre estes, Petrone não deixou de destacar as condições físicas marcadas pela tropicalidade extrema, que motivou reações hostis por parte dos colonos estrangeiros, gerando um sentimento de desilusão ante à dura situação encontrada, que era muito diferente do quadro idílico e miraculoso pintado nas propagandas sobre a nova terra.

Em uma realidade assim estruturada, as técnicas primitivas dos caboclos, que os colonos assumiram como suas para prover a subsistência do grupo, mas que pelo desconhecimento das particularidades naturais da região foi depois perpetuada como a única forma de exploração do solo, e, principalmente, a questão da circulação e do acesso aos mercados, que tornavam qualquer colônia instalada, mesmo as fundadas no século XX, isoladas em relação aos fluxos econômicos paulistas e brasileiros, são alçados ao patamar de principais fatores explicativos dos quadros regionais:

Conversando com velhos colonos de Pariquéra-Açu ou de Santa Maria, tivemos oportunidade de sentir como deve ter sido grande o desencanto dessa gente logo ao chegar ao que, para muitos, devia se constituir em nova Canaã. Problema, portanto, segundo acreditamos, de natureza psicológica, mas com profundas repercussões no complexo e difícil processo de enquadramento a uma região nova, não impossível de aproveitar, mas não fácil de enfrentar (...). De qualquer forma, o aspecto fundamental sobre o qual insistiremos outras vezes, foi, segundo nos parece, o da circulação e mercados. Todas as colônias da Baixada, mesmo as mais recentes, foram criadas em áreas marginais, isoladas, quase sempre de difícil acesso (...). Em



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

vista dessas condições, os produtos comerciais que as colônias pudessem obter atingiriam os mercados de consumo com muita dificuldade. Considerando que os próprios mercados da Baixada não eram satisfatórios, a produção deveria chegar a Iguape e Cananéia para buscar Santos-São Paulo ou Paranaguá-Curitiba (PETRONE, 1966, p. 111-112-113).

De fato, no século XX houve outras tentativas particulares de colonização da Baixada do Ribeira, dentre as quais ganham destaque as ocorridas ao longo da década de 1910, quando começam a ser criadas como um empreendimento oficial da “Companhia Imperial Japonesa de Imigração” as colônias nipônicas instaladas no município de Registro. Em 1925, por iniciativa da brasileira “Empresa de Terras e Colonização Santa Maria”, que possuía sede em São Paulo, mas passou posteriormente para o controle de capitais ingleses, também tentou-se organizar com colonos alemães e austríacos a colônia de Santa Maria, em Cananéia. O fracasso dessa última pode ser creditado, como a maior parte dos esforços do período anterior, tanto à falta de vias de comunicação, que transformou Santa Maria em um sistema econômico fechado visando a autossuficiência em meados da década de 1930, quanto ao desconhecimento do meio tropical.

Já as colônias japonesas foram as iniciativas que contaram com os resultados mais satisfatórios dentre todas as empreendidas na região. Uma característica própria da colonização japonesa foi o forte direcionamento imposto pela companhia oficial

que iniciou os trabalhos. As decisões, frutos de um verdadeiro planejamento, apoiavam-se nas indicações dos agrônomos e técnicos que ajudavam na escolha do produto, no desenvolvimento das lavouras e no financiamento da atividade agrícola.

Inicialmente, os japoneses se adequaram aos quadros locais, imitando os caboclos e assumindo suas técnicas e sistemas de exploração do solo, pelo menos para a produção dos gêneros voltados para o seu abastecimento. No entanto, a construção de uma rede de caminhos vicinais demandando Juquiá, previamente ligada a Santos por estrada de ferro, e a ajuda financeira fornecida pela Companhia Japonesa para que o governo estadual edificasse uma rodovia, conectando as colônias de Registro ao planalto através dos municípios paulistas de Ibiúna e Piedade, abriu possibilidades de acesso antes insondáveis aos mercados consumidores. Isso foi especialmente verdadeiro para a produção do chá, produto comercial introduzido pelos japoneses que estimulou outras tentativas de cultivos experimentais, como as realizadas com o cacau e as seringueiras.

Desse modo, conclui-se que o isolamento da região desempenhou papel ativo na constrição das relações econômicas, situação modificada parcialmente na terceira década do século XX, quando a melhoria do sistema viário regional permite a instalação de novas culturas comerciais. O período de 1935 a 1945, que Petrone qualifica como revolucionário para o sistema de

circulação regional, assiste ao processo de superimposição da rede de estradas de rodagem aos antigos caminhos fluviais, que vão sendo abandonados como heranças do passado. Essa superimposição, alavancada pela construção do trecho São Paulo-Curitiba da BR-2, que ligaria o Rio de Janeiro a Porto Alegre, suscitou profundas modificações na vida regional, com consequências diretas nas formas de utilização do solo, na distribuição da população e no aperfeiçoamento das funções urbanas. Com isso, houve um processo de reorganização do espaço agrícola, com a racionalização do plantio dos gêneros já existentes, casos da banana e café, e a propagação do uso de técnicas cientificamente orientadas na eclosão de outras lavouras comerciais permanentes:

A melhoria do sistema viário regional, especialmente a construção da BR-2, fez com que a baixada do Ribeira começasse a chamar a atenção de capitalistas, principalmente com a aplicação de capitais na compra de grandes parcelas de terras. (...). O que se percebe é que na aquisição dessas terras há uma duplicidade de objetivos que em muitos casos se confundem. De um lado elas são adquiridas com a finalidade de esperar uma valorização rápida que em seguida possibilite, com sua venda, a obtenção de lucros bem superiores aos juros correspondentes ao capital empatado. Nesses casos as terras estão praticamente sendo consideradas mercadorias em si. De outro lado as aquisições são justificadas pelo interesse em implantar grandes lavouras em bases científicas ou mesmo criar invernadas (PETRONE, 1966, p. 342-343).

A singularidade da baixada do Ribeira, precocemente explorada pelos europeus, mas contraditoriamente deixada à margem da

expansão do povoamento ocorrida em São Paulo desde meados do XIX, convertera a região em uma das últimas fronteiras do povoamento paulista. A diversificação das atividades e a modernização dos sistemas agrícolas somente foram possíveis após a melhora das comunicações terrestres, que germinaram um remodelado arranjo espacial materializado no surgimento de paisagens humanizadas enfim integradas ao conjunto geoeconômico paulista. Quanto à acomodação do povoamento aos trópicos, Petrone asseverava não crer “que o caráter tropical em si possa ser considerado o responsável pelos aspectos negativos que a organização econômica da região nos apresenta” (PETRONE, 1966, p. 340). No final dos anos de 1950, o crescimento relativo dos núcleos urbanos existentes e a valorização das terras, que atraíam cada vez mais a atenção de especuladores e grandes fazendeiros, interessados, ambos, em explorar economicamente as novas condições criadas pela rodovia, podiam ser apontados como argumentos que reforçavam o juízo a respeito do caráter não definitivo das limitações impostas pela natureza tropical:

A introdução de novas plantas cultivadas, a exemplo da seringueira e do cacaueteiro, a expansão de culturas como a do chá e da banana, as tentativas de retomada da lavoura cafeeira, em bases técnicas novas, fenômenos que nos casos mais expressivos estão ligados à aplicação de capitais a que já nos referimos, a par de contribuir para a diversificação e maior aprimoramento técnico das culturas, e de marcar as paisagens regionais com novos elementos,



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

constitui, de resto, embora como decorrência de alguns dos fatos citados anteriormente, mais um fator de valorização. (...). Acreditamos que a diversificação regional da Baixada do Ribeira, já fruto de quadros naturais particulares, mas principalmente decorrência da diversificação das atividades do homem, pode propiciar a criação de quadros novos de organização econômica, escudados em técnicas apropriadas, justificando a integração da região dentro do conjunto geoeconômico do estado de São Paulo não mais como uma área subdesenvolvida mas sim como uma sua parcela economicamente atuante e positiva (PETRONE, 1966, p. 346/351).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, encontra-se ainda por fazer a análise comparativa das linhagens intelectuais surgidas da circulação de arranjos epistemológicos difundidos por autores que traziam, em sua bagagem intelectual, variegadas ferramentas teórico-metodológicas. Expressivamente, embora alguns trabalhos já tenham apontado, por distintos caminhos, o modo como a geografia brasileira retrabalhou, em bases originais, com o legado epistemológico da geografia francesa, resta em aberto uma avaliação comparativa que examine, pormenorizadamente, as referências utilizadas por outros profissionais de reconhecida presença na consolidação do campo geográfico no país. Uma possibilidade interessante seria cotejar grupos sediados em diferentes centros nacionais de produção de saberes geográficos cujos trabalhos versam sobre temas análogos, tal qual os que avaliaram, nos anos 1940 e 1950, os resultados das ações e políticas de povoamento

e colonização levadas a cabo no Brasil.

Uma empreitada como essa por certo superaria os limites impostos para esse texto. Entretanto, para os objetivos colocados, tentou-se esboçar conclusões que, quiçá, poderão ser desdobradas em reflexões futuras. Inicialmente, a referência ao surgimento de novos temas de pesquisas na UGI, que objetivou situar o debate desenvolvido ao longo do texto em relação ao fazer geográfico mundial, poderia abrir-se para a discussão de como o tema da colonização aparece, por exemplo, no campo de estudos da chamada geografia tropical. Depois, notou-se também algumas continuidades nos registros a respeito dos fenômenos de colonização e povoamento que, grosso modo, circularam entre grupos de geógrafos localizados na Europa, Estados Unidos ou Brasil. Verificar as leituras que indicações metodológicas similares tiveram em distintos lugares, ou, por outra, esboçar as múltiplas feições que certos arranjos epistemológicos assumiram em um único centro, podem estimular potenciais novas sendas de pesquisas para aqueles que se aventuram a contar as histórias das muitas geografias surgidas ao longo do tempo.

Ao fim e ao cabo, a percepção de que Petrone observou no terreno o processo de apropriação privada de extensas glebas devolutas que exprime, afinal, o próprio processo de transformação do espaço em mercadoria, instiga outra linha possível de investigação. No limite, a

preocupação de Petrone com a especulação de terras, a grilagem e outros temas por ora não discutidos a fundo, como a situação paupérrima dos posseiros e sitiantes, o generalizado analfabetismo fruto da falta de estabelecimentos públicos de ensino, e a permanência de relações de exploração ligadas à dominância de formas econômicas arcaicas, oferece aos historiadores da geografia abertura para ponderar o modo como, no Brasil, introduziu-se temas socialmente sensíveis. De fato, o estigma de uma geografia tradicional homogênea, totalmente apolítica e sem exceção afeita à naturalização das relações sociais, continua alimentando interpretações veiculadas aqui e acolá. Nesse caso, o exame detalhado da obra de autores como Pasquale Petrone, Pedro Geiger, Manoel Seabra e Manuel Correa de Andrade, entre vários outros, poderia iluminar os caminhos traçados pela geografia brasileira na incorporação de novos temas, problemas e interpretações ao longo da segunda metade do século XX. ●

## NOTA

1. Tradução do autor. No original : « Il existe à la surface de la Terre des régions que l'occupation sédentaire des hommes n'a pas encore conquises, régions de lisière, zones-frontière où ils avancent en tâtonnât, luttant pied à pied contre les rigueurs d'un climat trop chaud, trop froid ou surtout trop sec, terres d'essais et d'expériences (...). Ce sont les territoires où progressent lentement les pionniers de l'humanité que nous décrit Mr. Isaiah Bowman, dans un livre plein d'ingénieuses observations et copieusement illustré (...). Toutes ces zones de combat ont un trait commun : elles imposent la nécessité d'une lutte contre les rigueurs de la nature, de longues épreuves pour réaliser l'adaptation au milieu, la recherche de moyens propres à garantir l'emprise du colon sur la conquête. Les régions tropicales posent le grave problème du peuplement blanc, qui n'a guère dépassé le stade du laboratoire : l'homme blanc ne peut y supporter l'obligation du travail manuel, ni accepter le bas niveau de vie du simple pionnier. (...). Malheureusement, même avec les secours de la science, le progrès des pionniers ne s'effectue, pas plus aujourd'hui que jadis, selon un rythme régulier; dans certaines régions, le front de marche s'est arrêté avant d'atteindre les limites possibles de l'occupation; ailleurs, les ayant dépassés, il se trouve exposé à des grands risques » (DEMANGEON, 1932, 631-632-633).



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709

## REFERÊNCIAS

ARNOLD, D. *The problem of nature: Environment, culture and European expansion*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

\_\_\_\_\_. Illusory riches: Representations of the tropical world, 1840-1950. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 21, n.1, p. 6-18, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9493.00060>

BOWMAN, I. *The Pionner Fringe*. NY: American Geographical Society, 1931.

\_\_\_\_\_. *Limits of Land Settlement: a report on present-day possibilities*. NY: Councik of Foreign Relations 1937.

CLAYTON, D. ; BOWD, G. Geography, tropicality and postcolonialism: Anglophone and Francophone readings of the work of Pierre Gourou. *L'Espace géographique*, v. 35, n. 3, p. 208-221, 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2006-3-page-208.htm>

COSCIONI, F. J. O Darwinismo Social na Geografia Humana estadunidense: um estudo de obras selecionadas de Ellsworth Huntington e Ellen Semple. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

DEFFONTAINES, P. Pays et paysages de l'État de Saint-Paul (Brésil). Première esquisse de division régionale. *Annales de Géographie*, v. 45, n. 253, pp. 50-71, 1936.

\_\_\_\_\_. Mountain settlement in the Central Brazilian Plateau. *Geographical Review*, v.27, n.3, p. 394-413, 1937.

DEMANGEON, A. *Dictionnaire-manuel-illustré de géographie*. Paris: Armand Colin, 1907

\_\_\_\_\_. Pionniers et fronts de colonisation. *Annales de Géographie*, v. 41, n. 234, p. 631-636, 1932.

\_\_\_\_\_. *Problèmes de Géographie Humaine*, Paris: Armand Colin, 1942.

DUTRA E SILVA, S. ; BELL, S. A colonização agrária no Brasil Central: fontes inéditas sobre as pesquisas de campo de Henry Bruman em Goiás na década de 1950. *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 198-225, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X01903709>

- FERRAZ, J. S. White Settlers in the Tropics. Comentários. *Revista Brasileira de Geografia*, v.3, n.2, p. 409-414, 1941.
- FRANÇA, Ary. A Ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana. *Boletim FFLC n. 178 – Geografia n.10*, São Paulo: USP, 1954.
- GALLAIS, J. L'évolution de la pensée géographique de Pierre Gourou sur les pays tropicaux (1935-1970). *Annales de Géographie*, v. 90, n. 498, p.129-150, 1981.
- GOUROU, P. *Les Pays tropicaux: principes d'une géographie humaine et économique*. Paris: PUF, 1947.
- JAMES, P. A vegetation map of Paraná. *Geographical Review*, v.22, n.4, p.676-689, 1932.
- \_\_\_\_\_. Japanese colonization in Brazil. *Geographical Review*, v.27, n.1, p. 145-160, 1937.
- KOHLHEPP, G. A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*. Blumenau, v.1, n.2, p. 29-75, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n2p029-075>.
- LIRA, L.A. *Pierre Monbeig e a formação da Geografia no Brasil (1925-1956): uma geo-história dos saberes*. São Paulo: Alameda, 2021.
- MONBEIG, P. O homem branco e o meio tropical. *Boletim Geográfico*, v. 5, n. 50, p.123-125, 1947.
- \_\_\_\_\_. White Settlers in the Tropics. Resenha. *Revista Brasileira de Geografia*, v.3, n.1, p. 184-188, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Ensaios de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Martins, 1940.
- MONTEIRO, C. A. F. *A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia/FFLCH/USP, 1980.
- MORAES, A. C. R. *Ideologias Geográficas – Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 3, n. 37  
Julho-Dezembro, 2023  
ISSN: 2175-3709



\_\_\_\_\_. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2002.

NOGUEIRA, C.E. *Ensaio de Geografia Histórica e História da Geografia*. Vitória: Edufes/MC&G, 2021.

\_\_\_\_\_. Rumar ao Oeste ou fincar os pés no Leste? O contexto da atuação de Leo Waibel no Brasil (1940/1950). Lira, L.A., Sousa Neto, M.F. e Duarte, R.B. (org.). *Geografias das ciências, dos saberes e da história da geografia*. São Paulo: Alameda, 2020.

\_\_\_\_\_. *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), São Paulo: FFLCH/USP, 2013.

OLIVEIRA, A.U. A Geografia agrária na obra de Orlando Valverde. SUERTEGARAY, D.M.A. et al (org.). *Orlando Valverde: o geógrafo e sua obra*. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2017.

PAPY, Louis. En marge de l'empire du café, la façade atlantique de São Paulo. *Cahiers d'outre-mer*, n. 20, p. 357-398, 1952.

PEREIRA, S.N. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. SENRA, N. (org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

PERES, E. P. "Proverbial hospitalidade"?: a revista de imigração e colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 10, n. 2, p. 53-70, 1997.

PETRONE, P. A Baixada do Ribeira – Estudo de Geografia Humana. *Boletim FFCL n. 283 – Geografia n. 14*. São Paulo: USP, 1966.

PLATT, R.S. Coffee plantations of Brazil. *Geographical Review*, v.25, n.2, p.231-239, 1935.

PRICE, A.G. *White settlers in the Tropics*. New York: AGS, 1939.

ROBEQUAIN, C. *L'Indochine française*. Paris: Armand Colin, 1935.

ROBIC, M.C. Conhecer seu Mundo. *Terra Brasilis* (Online) v. 2, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabilis/900>.

\_\_\_\_\_. A crise dos anos trinta e a emergência de novos temas na geografia. Angotti-Salgueiro H. (org.). *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação*. São Paulo: EDUSC, IEB, FAPESP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Géographes face au monde*. L'Union Géographique Internationale et les congrès internationaux de géographie. Paris/Montréal: L'Harmattan, 1996.

SAID, E. *Orientalism*. New York: Pantheon, 1978.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, p. 117-149, 2002

SION, J. Asie des Moussons. *Geographie Universelle*, t. 9. Paris: Armand Colin, 1929.

SMITH, N. *American Empire*. Roosevelt's geographer and the prelude to globalization. Los Angeles: University of California Press, 2003.

VESENTINI, J. W. *A capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.

WAIBEL, L. White settlement in Costa Rica. *Geographical Review*, v.29, n.4, p. 529-560, 1939.